



Ano 6, Vol 6, Núm. 1, jan-jun, 2025, pág. 496-508.

Questão de Gênero e suas Intersecções: Avanços e Retrocessos

Gender Issues and their Intersections: Advances and Setbacks

Gabriel Araujo Santos¹
Luís Gabriel Rodrigues Santos²
Maria Talita Ramos Santos Melo³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as questões de Desigualdade de gênero, com enfoque no sexismo e na LGBTfobia. Tal discussão se justifica pois é de conhecimento público a problemática em torno desses temas, tendo em vista as violências, físicas, psicológicas e simbólicas, sofridas por pela população LGBTQIA+ e causadas as mulheres pelo sexismo, o qual resulta, anualmente, em milhares de mortes de mulheres e pessoas LGBTQIA+, cuja quais são mortas pela única razão de serem o que são. A discussão é baseada em fatos, com enfoque na argumentação e exposição de fatos, aliados a opinião embasada por autores e/ou legislação e dados pertinentes. É fundamental que o Estado e organizações sociais trabalhem em conjunto para ajudar tal população, deixando de lado as diferenças ideológicas e entendendo que, acima de qualquer pauta ou força política, há uma vida que deve ser cuidada e preservada.

Palavras chaves: Mulheres, LGBTQIA+, Violência, Direito, Morte.

ABSTRACT

This paper aims to discuss issues of gender inequality, with a focus on sexism and LGBTphobia. This discussion is justified because the problems surrounding these issues are public knowledge, given the physical, psychological and symbolic violence suffered by the LGBTQIA+ population and caused to women by sexism, which results in thousands of deaths of women and LGBTQIA+ people every year, who are killed for the sole reason of being who they are. The discussion is based on facts, with a focus on argumentation and presentation of facts, combined with opinions supported by authors and/or legislation and relevant data. It is essential that the State and social organizations work together to help this population, leaving aside ideological differences and understanding that, above any political agenda or force, there is a life that must be cared for and preserved.

Key words: Women, LGBTQIA+, Violence, Law, Death.

¹ Estudante de Serviço Social – UFS da graduação. E- mail gabrielkis95@gmail.com .

² Estudante de Serviço Social – UFS da graduação. E- mail guinho0707@gmail.com .

³ Estudante de Serviço Social – UFS da graduação. E- mail mariaatalitaa@gmail.com .



INTRODUÇÃO

Vivemos a barbárie social, cujo pessoas negras, LGBTQIA+, Mulheres e diversos outros grupos sociais são hostilizados todos os dias, e nos é negado a todo momento o direito primordial da pessoa humana, que é o direito “a vida” e a “dignidade da pessoa humana.” É evidente que a mulher e os LGBTQIA+ sempre foram sujeitos muito protagonistas na sua luta por direitos sociais e por condições mínimas de sobrevivência dentro dessa lógica hegemônica do sujeito padrão homens-brancos-héteros-burgueses.

Para estes casos, manifesta-se a importância de políticas públicas direcionadas a diminuição da prática de crimes como o racismo, que abrange casos relacionados a raça, cor, etnia, religião e procedência nacional e da ação de ONGs que apoiam causas feministas, antissexistas e LGBTQIA+, por exemplo. Pois ser uma bixa preta ou mulher preta no Brasil é muito perigoso, pois temos a dupla função de se defendemos da opressão de raça e de gênero, sendo fundamental ações que garantam as condições objetivas a esse público historicamente muito hostilizado.

A violência contra mulher ainda é uma grande vertente a ser superada dentro da desigualdade social. Dessa forma, a trajetória histórica e recente de movimentos feministas - e daqueles que apoiam a causa - se tornaram extremamente importantes na mobilização do Estado ao aceite e criação de leis que ampliem essa garantia não só da lei, mas a execução dessa lei, tendo como exemplo a Lei Maria da Penha, que é uma lei muito importante, mas têm suas limitações de ser efetiva na prática de forma plena.

O presente artigo, portanto, apresenta conceitos relacionados a desigualdade de gênero, questões históricas como avanço e retrocesso de grandes causas que compõem parte da história e da luta ao enfrentamento da barbárie social vivida atualmente por mulheres, negros, LGBTQIA+ e aqueles definidos como "fora do padrão" - expresso por Veiga - onde entende-se, através das discussões, que tais problemas estão enraizados na realidade e subconsciente do ser humano. Ressaltando também a necessidade de conhecimento da origem das causas de tal e enraizamento para possível combate.



Questão de Gênero e suas Intersecções, Avanços e Retrocessos

Vivemos em uma dinâmica capitalista que têm como base estruturante e estrutural o racismo, o patriarcado, o sexismo, a heteronormativa, a LGBTfobia e a opressão de tudo que foge do padrão Homem-Branco-Hetero-Burguês. A misoginia no contexto histórico do capitalismo e no contexto atual é rotineira e parte do capital, assim como a hostilização da população LGBTQIA+, das pessoas negras, dos índios, dos emigrantes, dos refugiados, dos ciganos e diversos outros povos e culturas que resistem a séculos aos processos de barbárie. Segundo Veigas (2018, p.77) “Homem - branco - hétero. Intersecções daquilo que numa sociedade patriarcal como a nossa estabeleceu-se como padrão. O padrão só pode existir como tal se coexistente a ele está algo fora do padrão.” Dessa forma é interessante a esses homens-brancos-héteros-burgueses, que são minoria, a existência das estratégias de dominação e hostilização a esses diversos outros tipos de corpos e culturas que fogem do padrão, para que assim continuem firmes no poder, sempre bem privilegiados e em grande destaque, com o projeto capitalista de dominação sobre vários corpos distintos do padrão, e inclusive a negação a sua própria existência enquanto sujeito e ao seu acerto a diversos outros espaços; a exemplo da política, os cargos de poder dentro das empresas, as profissões de juiz e desembargador, dentre outros espaços de poder. Ainda segundo Veigas (2018, p.77) “Nesses termos, o homem, branco, hétero estabeleceu-se como padrão; e a mulher, a transgeneridade, o negro, o índio, o gay foram relegados à condição de fora do padrão” Quem é de fora do padrão vive na marginalidade, na submissão, na obediência e na subordinação, cujo há um limite muito grande para aqueles que não fazem parte do padrão, não podendo ocupar cargos de chefia, não podendo transitar em espaços de destaque e até tendo seu status social invisibilizado por não obedecer ao padrão, sendo hostilizado e anulado.

A conquista do direito ao voto pelas mulheres brasileiras, no sentido de acontecimento, dado de realidade, é um fato irrefutável. No entanto, o olhar atento da pesquisadora sinaliza que os registros desse fato são narrativas dispersas e excludentes que invisibilizam o processo das lutas sufragistas e, de certo modo, os sujeitos que protagonizaram aquelas lutas. Essa atitude, entretanto, não é mero silêncio, em verdade é um “silenciamento”. Atitude política, que determinadamente produz o apagamento a quem não se reconhece e legitima sujeito, com autonomia para constituir a sua história. (RUBIM; ARGOLO,2018, p.9)

É muito frequente na história haver a negação e o apagamento de fatos históricos de lutas que romperam barreiras importantes para o avanço da luta das mulheres, na dinâmica



capitalista. As lutas sufragistas foi um fato extremamente importante na história do mundo e na vida das mulheres, contra uma dinâmica de vida perversa de submissão e negação de direitos básicos de forma tão hostil. Como também há um apagamento muito intenso das mulheres como protagonistas dessa luta, tendo uma narrativa muito comum e simplista, que foram lutas dispensadas de mulheres que tinham essa mesma vontade, sem nenhuma organização, com muita baderna e grito. Afirmando por diversas vezes que esse direito foi dado as mulheres de forma pacífica, sem nenhuma pressão e pela boa e humilde vontade dos homens-heteros-Brancos-Burgueses, negando que o direito ao voto foi conquistado a parti de muita luta, muita dor, muito derramamento de sangue das mulheres e bastante sofrimento.

Assim para além de terem uma grande parte das suas vidas esse direito negado, ainda foram hostilizadas pelos seus parentes, amigos, conhecidos e diversos outros homens simplesmente por serem mulheres, e como isso ainda é atual, todavia as mulheres ainda continuam com um grande protagonismo dentro das lutas populares. Segundo Rubim, Argolo (2018, p.8) apud Rubim (1984) “[...] o jornal feminista “Voz Feminina”, fundado em Diamantina, Minas Gerais, por três jovens mulheres em 1900 com o explícito objetivo da defesa dos direitos das mulheres.” A resistência e o protagonismo da luta das mulheres sempre foram de forma muito espetacular, o jornal “Voz Feminina” foi um grande acontecimento para a vida das mulheres brasileiras, porque formou um espaço de informação e formação política para as mulheres daquele tempo, além de afrontar os grandes contingentes de jornais machistas e sexistas existentes na época e resistir ao patriarcado ainda hegemônico. É preciso estar sempre atento e forte na luta, ocupando vários espaços e inspirando outras mulheres a aderirem a luta, assim é sempre muito bom ver a atuação de diversas mulheres em diversos espaços de luta e de enfrentamento a toda opressão que esta postar para todos nós, principalmente para as mulheres que foram invisibilizadas em vários processos históricos e ainda são atualmente, tendo o entendimento também que as mulheres negras são hostilizadas mais ainda, devido serem penalizada pelo machismo e pelo racismo ao mesmo tempo, assim tendo por diversas vezes os piores espaços na estrutura social e tendo por infinitas vezes o direito à vida negado, pois são as maiores vítimas de morte e negação de direitos. Prova disso foi o fato da primeira vítima de morte da COVID-19 no Brasil ser uma empregada doméstica, negra e pobre.¹ Isso mostra muito o quanto que mulheres, negras e pobres ocupam as profissões que tem uma menor remuneração salarial, com jornadas de trabalho muito prolongadas, por diversas vezes hostilizadas e tendo o



direito a saúde e a dignidade da pessoa humana negado enquanto mulher e enquanto pessoas negra, pobre e periférica.

Outro fato muito alarmante é a primeira morte da variante da COVID-19 delta no Brasil ser de uma mulher grávida. Mostrando o quanto que as mulheres são vítimas de uma série de violências, ocupando sempre os primeiros lugares nas estatísticas de pessoas mortas, que sofreram homicídio, violência policial, feminicídio, estupro, violência obstétrica, violência psicológica, suicídio, dentre outras violências. Segundo a ANTRA (2020) “É a segunda vez consecutiva que o número de assassinatos de pessoas trans apresenta aumento este ano, revela o Boletim nº 02/2020 da ANTRA.”³ Deixando evidente que mulheres trans são também ainda mais penalizadas dentro dessa dinâmica de vida capitalista, onde o padrão homem-branco-hétero-burguês, hostiliza e mata pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+ e diversos outros grupos marginalizados. O quanto que viver a vida para nós é um desafio diário e constante, pois nossos corpos para “os padronizados da estrutura capitalista” representa apenas um mecanismo de lucro e um objeto indesejado no mundo, então é muito interessante para eles a nossa dor e a nossa morte, para que assim eles tenham muito sucesso, muitas riquezas materiais, uma imensidão de privilégios e acima de tudo o poder. Desse modo é preciso viver a vida apesar dos apesares, pois nosso corpo é instrumento de resistência e enfrentamento a barbárie, em que o mundo vive e em que nós vivemos todos os dias, sendo assim viver um ato político de resistência e enfrentamento, lutar e auto se afirmar enquanto pessoa negra, mulher, LGBTQIA+, trabalhador, pobre, periférico etc.

Desde muito cedo as bixas pretas precisam enfrentar o próprio corpo e o próprio desejo como inimigo em potencial porque podem vir a deixá-las ainda mais desamparadas, como se viver num país onde a cada 23 minutos se mata um jovem negro não fosse terrível o suficiente. Soma-se a isso o fato de o Brasil ser um dos países que mais matam LGBTs no mundo. A cada 28 horas uma pessoa LGBT é assassinada no país. Esses dados, ao se cruzarem sobre o corpo da bixa preta, fazem dela um alvo permanente da violência do racismo e da homofobia. (VEIGAS, 2018, p.82)

É muito comum no Brasil pessoas negras serem identificadas no registro de nascimento como pessoas pardas, pois há um grande apagamento da identidade racial dessas pessoas, pois historicamente e ainda hoje somos produto de um processo de miscigenação de forma hostil. Assim, quando a pessoa negra se reconhece e se identifica enquanto negro e negra, é um grande ato de resistência, pois o que está posto é que tenhamos vergonha da nossa cor de pele, de quem realmente somos. Assim cabe as bixas pretas um duplo desafio, se reconhecer enquanto pessoas



negras e ao mesmo tempo enquanto pessoas gays, vivendo no país onde a cada 23 minutos se mata um jovem negro e onde mais se matam LBTQIA+. É preciso perceber também, que na maioria das vezes o agressor está dentro da casa da própria vítima ou faz parte da família, se tornando ainda mais difícil esse duelo de uma dupla aceitação de si e do seu corpo enquanto pessoa negra. Quem se auto aceita enquanto pessoa negra e LGBTQIA+ enfrenta uma série de desafios, desde o de conseguir um emprego até o de ser respeitado e não hostilizado, mas o desafio maior enfrentado todos os dias é se manter vivo e com saúde mental e física. Pois o padrão hegemônico homem-branco-hétero-burguês, repudia os nossos corpos e atacam por diversas vezes as políticas públicas, as garantias de direitos, o direito a cesta básica, assim precarizando ainda mais a vida de pessoas que historicamente foram invisibilizadas e negando o direito à vida.

Resistências e Enfrentamento A Barbárie

É nítido de percebemos no dia a dia, que há uma opressão muito intensa do patriarcado, do sexismo e da LGBTfobia, mesmo apesar dos diversos avanços e conquistas que tivemos desde muito tempo, como o direito ao voto para as mulheres, o direito ao trabalho formal para as mulheres, o direito a carteira assinada para as empregadas domésticas, e diversos outros. Todavia, o direito primordial e fundamental é negado todos os dias, que é o direito à vida das mulheres e das pessoas LGBTQIA+, as mulheres sempre trabalharam, mas nos livros de história, nos memoriais e nos arquivos, falam através de uma narrativa eurocêntrica dos homens-heteros-Brancos-Burgueses, que falam que as mulheres só passaram a trabalhar depois da segunda guerra mundial, colocando isso como uma grande conquista a ser comemorada. Mas, se formos analisar as estatísticas, as pesquisas e os acontecimentos, percebemos que as mulheres ocupam os piores postos de trabalho dentro do mercado de trabalho, os piores índices de subemprego e desemprego, além de receberem menos que os homens e não ocuparem cargos de destaque dentro das empresas. Assim, todas aquelas pessoas que não se encaixam nos padrões dos homens-heteros-Brancos-Burgueses, são corpos políticos que vivem e sobrevivem a barbárie e os ataques contínuos da dinâmica Neoliberal, sendo o simples fato de viver e estar vivo um grande ato de resistência.



Consonante com tal realidade, somos de opinião que a eleição da mulher Dilma Rousseff, com 55.752.483 votos dos brasileiros em 2010, representou uma mudança significativa para a história das mulheres e, particularmente para o perfil presidencial do país, até então, exclusivamente, dominado por homens. Tal novidade acabou mobilizando redes de tensões e expectativas, especialmente porque as instituições pretensamente democráticas são majoritariamente masculinas, pensadas e vividas numa cultura de e para homens. (RUBIM; ARGOLLO, 2008, p.10)

Foi uma resposta muito importante e significativa a eleição da primeira mulher eleita como presidenta da república, em um país extremamente misógino, patriarcalista, conservador e sexista. Cujo as maiores vítimas das diversas violências são mulheres, assim uma mulher na presidência foi um afronte muito grande ao padrão dos homens-heteros-Brancos-Burgueses, pois é nítido ver como esse espaço não é feito para presença feminina, pois para além do nome do cargo ser sempre colocado no masculino, a estrutura do congresso nacional mostra fortemente que aquele espaço só foi pensado para figuras masculinas, começando nitidamente pela ausência do banheiro feminino.

Assim, foi tão grande a pressão que colocaram sobre Dilma, que ela foi expulsa do cargo através da pior forma possível, sendo por diversas vezes ridicularizada, jugada como incompetente e autoritária por diversas pessoas, que não respeitaram em momento nenhum a presença de uma figura feminina na presidência da república, mostrando a imensa insatisfação por estarem sendo representados por uma mulher, e furiosos por diversas mulheres ver em Dilma uma figura que as representar. Segundo Rubim e Argolo (2008, p.9) “Uma falta que rebate diretamente nas narrativas sobre as lutas das mulheres. Em consequência, a história desse gênero torna-se uma fragmentada e dolorosa saga, tecida por avanços e recuos”. Mostrando assim a extrema necessidade de sempre estar firme na luta, pois o nosso corpo é político, e a nossa existência todos os dias é questionada e intimidada, pois o projeto de mundo e de país já citam quais são os corpos que devem ser mortos e quais são os corpos que merece viver, e não só viver, mas viver com privilégios e mordomias, e com a extrema liberdade de decidir sobre os corpos vulnerabilizados. É frequente a luta das mulheres por resistência a toda essa barbárie e a todo esse projeto de morte, prova disso foram os diversos atos que aconteceram em 2019 no Brasil pelo “ele não”, pois as mulheres sabem que o alvo do tiro, da pancada, da facada e dos xingamentos são na sua maioria os corpos femininos, corpos de pessoas LGBTQIA+, corpos



de pessoas negras e dentre outros corpos que não fazem parte do padrão hegemônico, e assim são hostilizados e mortos.

É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram: vocês conseguiram quebrar a casca do ovo. Vocês conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que vocês querem, nada mais, nada menos do que ninguém, ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados como todos querem ser respeitados no mundo. Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na abertura da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT, Brasília, 2008.

A epígrafe do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursando na abertura solene da 1ª Conferência Nacional LGBTQIA+, há mais de 12 anos, situa o começo das práticas de resistência e enfrentamento, dessa vez com apoio do Estado, as quais penetraram timidamente na sociedade brasileira. Ela demonstra o quanto a agenda política do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em torno dos direitos humanos penetrou o Estado brasileiro no recente período democrático que o país experimentou até o golpe parlamentar que viria a destituir a presidenta Dilma Rousseff (1985-2016) (SANTOS, PEREZ & SZWAKO, 2017).

Apesar do desmonte de políticas públicas que o Brasil enfrenta desde o fim do mandato da presidenta Dilma Rousseff, que teve um breve início com o governo de Michel Temer e uma grave acentuação com a eleição do então presidente Jair Messias Bolsonaro. No entanto, graças a esforços do Estado e, principalmente, de órgãos e organizações sociais, a luta e a resistência contra a barbárie sofrida diariamente por pessoas negras e LGBTQI+.

Nesse aspecto, convém ressaltar algumas políticas e ações voltadas ao enfrentamento disso. A priori, no Brasil, nota-se que a transformação da Secretaria de Direitos Humanos em Ministério aumentou expressivamente a autonomia e a quantidade de recursos destinados a tal pasta, contribuindo assim com o poder de transformação social e efetividade das políticas públicas criadas, tendo em vista a capacidade de aumento na sua atuação a nível nacional com muito mais eficácia. Ora, tal mudança é fundamental no que tange a ampliação de políticas que envolvam tal grupo social, tendo em vista a histórica falta de apoio dado pela Estado a eles. A importância dessa mudança atinge não somente o presente, com mudanças que mudam para melhor a qualidade de vida da população LGBTQI+ e tentam combater de forma eficaz a grave problemática que elas estão envolvidas.



Além disso, não apenas como forma de punir atos de violência contra mulher, a Lei Maria da Penha passou a prever, de forma clara, a união homoafetiva entre mulheres, considerado, à época, um marco legislativo e que contribuiu para o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, tendo em vista que serviu como um dos pressupostos jurídicos que contribuíram para a aprovação. Além disso, a Lei Maria da Penha também foi um elemento jurídico fundamental para a punição da violência contra as mulheres, servindo como base para a prisão de inúmeros casos que ficariam impunes ou, na melhor das hipóteses, seriam punidos com muito mais morosidade, o que poderia prejudicar a segurança das mulheres por eles violentadas.

Além disso, foi também por meio de ações do Estado que o Brasil tomou a dianteira de uma ação que visa incluir e ajudar os travestis, transexuais e transgêneros. Tal ação foi a garantia da inclusão da terapia hormonal e cirurgias disponíveis por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), passando a oferecer tratamentos que até então eram caríssimos e dificultavam o acesso de todos, para algo que todo cidadão brasileiro pudesse requerer e conseguir, representando um avanço fundamental para a integração dessa população no Brasil, tal qual ela queira. Além disso, o SUS foi pioneiro na identidade de gênero, passando a respeitar o nome social incluso no cartão do SUS para os atendimentos, representando assim uma forma de inclusão que é raramente vista, atualmente, em órgãos estatais.

Não apenas tais ações do Executivo e Legislativo, mas também ações do judiciário foram importantes para a causa LGBTQI+. O Supremo Tribunal Federal, o STF, determinou em 2019 a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero como um crime. Tal ação, apesar de parecer simples a olhos pouco habituados, é, na verdade, um grande avanço no quesito judiciário. Na votação em questão, os ministros determinaram que a conduta passe a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional". Segundo o STF (2019) "O racismo é um crime inafiançável e imprescritível segundo o texto constitucional e pode ser punido com um a cinco anos de prisão e, em alguns casos, multa."

No entanto, não apenas de ações de órgãos governamentais se faz a luta contra a LGBTfobia. Ações feitas por ONG's são fundamentais para tratar e cuidar de pessoas em estado de exclusão social, principalmente devido a morosidade do Estado em fazer o seu dever básico.



Convém ressaltar, ainda, que o papel de tais ONG's tem-se mostrado cada vez mais importante tendo em vista o desmonte das políticas públicas por parte do governo de Jair Messias Bolsonaro, que fala abertamente ser contra tais políticas, por considera-las inúteis. No entanto, distante da fala do chefe do executivo brasileiro, diversas ações são realizadas.

A principal e mais comentada ação de acolhimento e ajuda a pessoa LGBTQI+ são as casas de acolhimento. Ao se ver em perigo na sua própria casa, se sentir ameaçado, a única saída pode ser sair e, felizmente, existem casa de acolhimento para essas pessoas. A necessidade desse tipo de espaço se reforça por dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) que, segundo levantamento, “35,5% das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais assassinadas em 2019 foram realizados dentro da sua própria residência.” Além disso, há o fato claro de que, ao não ser acolhido dentro do seu próprio lar, muitos se veem na necessidade de sair de casa e, por vezes, encontram na rua acolhimento. Exemplo disso são, dentre outras, a Casa Aurora, inaugurada em 2019 em Salvador e é referência pois oferece acolhimento integral, alimentação, produtos de higiene, serviços jurídicos, projetos socioeducativos e atendimento psicológico gratuito. A manutenção é feita por meio de financiamento coletivo e doações. Além dele, a Casa 1 foi o primeiro centro de acolhida criado em São Paulo e serve como referência para outras ações que tem como base tal acolhimento. Há também em Aracaju a CasAmor, que atua tal qual os outros centros de acolhida, como uma forma de amparo a comunidade LGBTQI+ que se encontre em situação de vulnerabilidade social.

CONCLUSÃO

É evidente após toda a discussão, que envolveu desde temas relacionados ao sexismo e chegou até a discussão sobre lgbtfobia, que a temática está longe de ser resolvida, tendo em vista o enraizamento da realidade no subconsciente brasileiro. Entender a existência de tal enraizamento é importante, pois somente entendendo as origens e causas da realidade em que vivemos é quando podemos combater, de frente e efetivamente, tal problemática. No entanto, fica evidente que o Estado, quando representado por governantes que se preocupam com tal temática, aliado a organizações sociais, são uma grande onda de mudança e ajuda ao combate do sexismo e da lgbtfobia.



Além disso, a discussão foi pautada de forma a reunir os dois temas de forma próxima, tendo em vista a sua proximidade na sociedade, já que ambos são realizados por homens, em sua maioria brancos, que vivem em uma sociedade majoritariamente machista e LGBTfóbica. Por isso, é evidente que a luta do feminismo contra o sexismo e a luta da comunidade LGBTQI+ se encontram e, por tal encontro, não podem ser separadas ou retiradas do mesmo contexto.

Por fim, fica claro que as políticas e ações citadas acima são importantes e devem ser, além de fomentadas, ampliadas e divulgadas a fim de atingir e ajudar mais pessoas que necessitem, além de informar e combater o pensamento ainda predominante que é o culpado pela necessidade de tais ações. É fundamental que o Estado e organizações sociais trabalhem em conjunto para ajudar tal população, deixando de lado as diferenças ideológicas e entendendo que, acima de qualquer pauta ou força política, há uma vida que deve ser cuidada e preservada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia, BBC News Brasil, São Paulo, 13/06/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924> acesso em: 14 de julho.

OLIVEIRA, Janaína. Dia Internacional do orgulho LGBTQIA+ marca luta por direitos, PT, Brasília, 28/06/2021. Disponível em: <https://pt.org.br/dia-internacional-do-orgulho-gay-marca-luta-por-diretos-da-populacao-lgbtqia/> acesso em: 14 de julho.

EDUARDA et al, Maria. Criminalização da LGBTfobia: Uma Problematização Necessária, Âmbito Jurídico, 03/07/2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/criminalizacao-da-lgbtfobia-uma-problematizacao-necessaria/> acesso em: 14 de julho.

UFPA (Universidade Federal do Pará). Ainda é preciso muito esforço coletivo no combate à LGBTfobia. A importância da criminalização da violência contra pessoas LGBTQIA+, UFPA, Pará, 24/05/2021. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12640-ainda-e-preciso-muito-esforco-coletivo-no-combate-a-lgbtfobia-a-importancia-da-criminalizacao-da-violencia-contr-pessoas-lgbtqia> acesso em: 14 de julho.



BELÉM, Rafael. 12 casas de acolhimento para LGBTIs no Brasil, Casa Vogue, 14/06/2021. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2020/06/12-casas-de-acolhimento-para-lgbtis-no-brasil.html> acesso em: 14 de julho.

Antunes, Leda. LGBTfobia é crime: saiba como denunciar e onde pedir ajuda, 16/05/2020, o Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/lgbtfobia-crime-saiba-como-denunciar-onde-pedir-ajuda-1-24429101> acesso em: 14 de julho

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil, Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Federal Fluminense, Revista Tabuleiro de Letras, PPGEL – Salvador, Vol.: 12; nº. 01, junho de 2018. ISSN: 2176-5782. Disponível em: <file:///C:/Users/Izabela/Documents/Formação%20Sóciohistórica%20no%20Brasil%20II/5176-Texto%20do%20artigo-13906-1-10-20180716.pdf> acesso em: 27 de Junho.

LUISA, Maria. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon, UOL, no Rio de Janeiro, 13/03/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola> - [noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola](https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola) acesso em: 29 de junho.

MÁXIMO, Wellton. Ministério confirma primeira morte da variante delta no Brasil, AgênciaBrasil, Brasília, 27/06/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/ministerio-confirma-primeira-morte-da-variante-delta-no-brasil> acesso em: 29 de junho

BENEVIDES, Bruna. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Brasília, 03/05/2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/violencia/> acesso em: 29 de junho.

BRUSCHINI, Cristina et al (1998), Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/tesouro/arquivos/TPEDGESM.pdf> acesso em: 14 Jul 2021.



TEIXEIRA, Daniel Viana. DESIGUALDADE DE GÊNERO: SOBRE GARANTIAS E RESPONSABILIDADES SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES. Revista direito GV, SÃO PAULO 6(1), p. 253-274, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/cfxjZqpdBnmLG7w4vJr9rJr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 Jul 2021.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. Revista Tabuleiro de Letras, PPGEL – Salvador, Vol.: 12; nº. 01, junho de 2018. ISSN: 2176-5782. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/download/5176/3245/0>. Acesso em: 14 Jul 2021.